

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.494.553 - SP (2019/0120140-8)**

**RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**  
**AGRAVANTE : BENEDITO MARCONDES SODRE**  
**ADVOGADO : MIGUEL DARIO OLIVEIRA REIS - SP111133**  
**AGRAVADO : BANCO DO BRASIL SA**  
**ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

## **EMENTA**

*AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL (CPC/2015). AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO RELATIVA. CONDIÇÃO ECONÔMICA HIPOSSUFICIENTE NÃO COMPROVADA. ENTENDIMENTO DIVERSO. INADMISSIBILIDADE. APLICAÇÃO DO ÓBICE DA SÚMULA 07/STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.*

## **DECISÃO**

Vistos etc.

Trata-se de agravo interposto por BENEDITO MARCONDES SODRE contra inadmissão, na origem, de recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 184, e-STJ):

*AGRAVO DE INSTRUMENTO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. Embargos à execução. Agravante que não demonstrou enquadramento aos requisitos necessários para concessão da assistência judiciária. Efetiva hipossuficiência de recursos não comprovada. Indeferimento mantido. RECURSO DESPROVIDO.*

Nas razões do recurso especial (fls. 73/93, e-STJ), a recorrente apontou violação do art. 98 do CPC/2015 e a lei Federal 1.060/50, ao argumento de que comprovou não possuir condições financeiras para arcar com as custas processuais sem prejuízo da própria manutenção, razão pela qual requereu a reforma do acórdão em testilha.

Em decisão monocrática (fls. 114/115, e-STJ), foi inadmitido o apelo

# Superior Tribunal de Justiça

nobre, razão pela qual foi interposto o agravo em recurso especial (fls 118/131, e-STJ).

É o relatório.

Decido.

A pretensão recursal não prospera.

Registra-se que o recurso em análise foi interposto contra decisão publicada na vigência do Novo Código de Processo Civil, de forma que deve ser aplicado ao caso o entendimento firmado no Enunciado Administrativo n. 3 do Plenário do STJ, segundo o qual "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Por outro lado, cabe ressaltar que a declaração de pobreza que tenha por fim o benefício da assistência judiciária gratuita tem presunção relativa de veracidade, podendo ser afastada fundamentadamente.

Na hipótese dos autos, a concessão do benefício de gratuidade de justiça é o próprio mérito do recurso especial, motivo pelo qual dispensa-se o preparo do presente.

O Tribunal de origem, procedendo com amparo nos elementos de convicção dos autos, concluiu que a recorrente não preencheu os requisitos legais necessários à concessão do benefício da assistência judiciária gratuita (fl. 67/68, e-STJ):

*Não obstante o recorrente ter alegado estado de hipossuficiência, afirmando não possuir condições financeiras suficientes para arcar com os encargos processuais sem comprometimento do seu sustento, o julgador suspeitou, diante do contexto fático apresentado, que a referida declaração não convergia com a realidade financeira dele.*

*Depreende-se que, de fato, o agravante não é pobre na acepção jurídica do termo, pois ele auferiu, no exercício de 2018, rendimentos isentos e não tributáveis na monta de R\$ 16.019,56. Ademais, possui (i) dois imóveis situados em Peruíbe São Paulo avaliados em R\$ 8.327,67 e R\$ 69.397,28; (ii) dois automóveis, sendo um modelo Pickup da marca Ford correspondente a quantia de R\$ 34.000,00 e um modelo Ecosport, também da marca Ford, no equivalente a R\$*

# *Superior Tribunal de Justiça*

64.000,00. Além disso, possui a significativa quantia de R\$ 100.000,00 disponível em sua conta bancária (fls. 49/54).

Ora, o agravante alega ser hipossuficiente, no entanto efetuou empréstimos que totalizam a quantia de R\$ 550.000,00 e seu patrimônio soma R\$ 775.724,95 (fls.52).

Destarte, diante da situação fática apresentada pelo recorrente, deve ser mantida na íntegra r. decisão agravada.

Desse modo, para afastar as premissas firmadas pelo Tribunal de origem seria necessário o revolvimento do conteúdo-fático probatório dos autos, procedimento vedado na via especial, nos termos da Súmula nº. 7 desta Corte Superior.

Nesse sentido:

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. 1. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. 2. BENEFÍCIO DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. RETROATIVIDADE. IMPOSSIBILIDADE. 3. AGRAVO IMPROVIDO.*

*1. A Corte de origem delineou a controvérsia dentro do universo probatório dos autos e, analisando as peculiaridades do caso concreto, concluiu pela ausência de comprovação da situação de miserabilidade da agravante. Dessa forma, deve ser confirmada a incidência da Súmula n. 7 do STJ à hipótese, tendo em vista que qualquer alteração nesse quadro demandaria o inevitável revolvimento do conteúdo fático-probatório, procedimento vedado no âmbito do recurso especial.*

*2. O benefício da assistência judiciária gratuita, conquanto possa ser requerido a qualquer tempo, não retroage para alcançar encargos processuais anteriores.*

*3. Agravo interno a que se nega provimento. (AgInt no AREsp 1397319/RJ, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 25/02/2019, DJe 13/03/2019)*

**Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO  
Relator

